

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E ONZE

-----Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, com a presença do Presidente da Mesa, Laurentino Dias. Depois de verificada a existência de quórum foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

Atendendo à ausência do Primeiro e Segunda Secretária, o Presidente da Mesa começou por convidar um elemento de cada partido mais votado (do PS e PSD) para o acompanhar na Mesa. -----

-----Tomou a palavra **Leonor Castro**, eleita pela CDU, para alertar que o Secretários teriam que ser eleitos, citando o Regimento. -----

-----Retomou a palavra o **Presidente da Mesa** para mencionar que, para eleger, precisava de alguém ao seu lado. Nesses termos e citando o artigo dezanove do Regimento, propôs que tomassem assento ao seu lado os dois primeiros elementos da lista mais votada para iniciarem os trabalhos, ficando a Mesa a aguardar candidaturas para votação da constituição da Mesa da presente sessão. -----

Questionou a Assembleia se concordavam com o proposto. -----

-----Tomou a palavra **Leonor Castro** para lamentar que alguns Membros sejam tão rigorosos com o regimento nalgumas situações e noutras aligeirassem as coisas. -----

Não havendo mais intervenções, e tendo a Assembleia concordado com o proposto, tomaram assento como Primeira e Segundo Secretários Olinda Joaquina Teixeira Alves e Manuel Fernandes da Cunha, respectivamente. -----

-----Seguidamente, foram anunciados os seguintes pedidos de suspensão de mandato: *por um período de trinta dias* – José Carlos Leite Pereira da Silva, Sílvia Maria dos Santos Soares, Isabel Maria Oliveira Gonçalves, José Pedro Oliveira Caldeira, João Pedro Marques e Castro, Alexandra Pereira Gonçalves e Raul Jorge Fernandes da Cunha, eleitos pelo Partido Socialista (PS); José Augusto Pereira Rodrigues, eleito pela Coligação “Juntos Por Fafe”, e Maria Cristina Azevedo Pinho de Sousa, eleita pela Lista Independentes Por Fafe. *Por um período de noventa dias*: Artur Filipe Brandão Campos Antunes Aguiar, eleito pela Lista “Independentes Por Fafe”. Por Amadeu Filipe Monteiro Martins Gonçalves, eleito pela lista “Independentes Por Fafe”, foi solicitada a cessação

da suspensão inicialmente solicitada pelo período de sessenta dias. Colocados a votação, foram aprovados, por unanimidade. -----

Comunicaram a substituição pelo respectivo Secretário os Presidentes de Junta de Freguesia de Antime, Arnozela e Silvares S. Martinho, e pelo Tesoureiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras. -----

Foram, ainda, comunicadas as renúncias de mandato Ricardo João Pedrosa Alves de Almeida e José Ricardo Leite Antunes. -----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam nas respectivas listas, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de sessenta e sete membros. -----

-----Posteriormente, pelo **Presidente da Mesa** foi lido o expediente da Assembleia que ficou à disposição dos elementos da Assembleia Municipal para que, querendo, o consultassem. -----

De seguida, deu conhecimento da existência de uma proposta apresentada pelo CDS-PP relativa aos transportes urbanos, onde propunham que se aproveitasse as Feiras Francas para se dinamizar os transportes urbanos, através da promoção para os visitantes da periferia virem à Feira com descontos no transporte ou no ingresso na Expo Rural. Propunham, ainda, que esse apoio também se praticasse nas Festas da Nossa Senhora de Antime. Depois de ler a proposta, colocou-a a discussão. Não havendo intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade.** -----

Não havendo mais propostas, deu-se início ao **Período de Intervenções.** -----

-----Tomou a palavra **Leonor Castro**, eleita pela CDU, que iniciou a sua intervenção voltando à questão da composição da Mesa, esclarecendo que compreendia a pretensão de todos em agilizar os trabalhos, que tudo corresse pelo melhor e que a sessão fosse o mais curta possível. Mencionou, no entanto, que não entrava na sessão a pensar na hora que ia sair. Afirmou, também, que fez um reparo, como muitos que o fizeram em outras situações e na presente sessão se riram da situação. -----

Posteriormente, sobre o ofício enviado relativo às alterações ao sistema de processamento e pagamento de senhas de presença, afirmou que, na sua opinião e depois de procurar alguns pareceres jurídicos sobre o assunto, o ofício não tinha fundamento, citando o artigo dezanove da Lei do Orçamento de Estado. Afirmou, ainda, que o que estava em causa eram as remunerações e não as senhas de presença. -----

Mencionou, ainda, que as senhas de presença devem ser auferidas, independentemente da remuneração de cada eleito, por cada reunião em que participavam e sempre que à mesma tenham direito, conforme a legislação relativa ao que os estatutos dos eleitos locais determinava. Dessa forma, solicitou que o assunto fosse esclarecido e que fosse ultrapassado o impasse criado. -----

Interveio, ainda, sobre a redução de funcionamento da iluminação pública das freguesias. Afirmou que compreendiam a necessidade de poupança, de repensar os gastos. Porém achava que se deveria poupar no supérfluo e não no essencial, entendendo que deveriam poupar, não nas freguesias que já eram debilitadas na segurança, mas que poderiam desligar as luzes ou reduzir o tempo de funcionamento em locais/pontos que funcionavam mais como função estética do que em termos de segurança, como a iluminação do muro da arcada, os pés das árvores, o edifício da Câmara, os espelhos de água, etc. Entendia que nos locais citados era dispensável e afirmou que gostaria que a questão da iluminação fosse repensada, mencionando, ainda, que se tivesse mesmo que ser deveriam dialogar com os Presidentes de Junta, que eram quem melhor conhecia as carências das freguesias. -----

De seguida, alertou para o facto das passadeiras sitas na Avenida de São Jorge, que cruzam com a circular, não terem rampa para deficientes. -----

Sobre os Mega Agrupamentos, afirmou que gostaria de ver essa situação devidamente esclarecida, atendendo às diferentes intervenções do Presidente da Câmara sobre o assunto nas sessões de Setembro de dois mil e dez e de Fevereiro passado. -----

Nesse sentido, lembrou algumas das consequências dessa organização escolar concretamente dos Mega Agrupamentos. Afirmou que essas consequências não eram futurismos, que eram aspectos apontados por professores, pessoal administrativo, encarregados de educação, sendo que uma das primeiras implicações estava ao nível da redução de pessoal docente e não docente, que, com a manutenção do número de alunos, isso se ia repercutir na qualidade do serviço prestado que iria ser posto em causa. -----

Mencionou, ainda, que iria haver um aumento de despesa atendendo à falha dos níveis de controlo, apontando problemas ao nível de gestão, pedagógico, funcionamento prático. -----

Criticou os Mega Agrupamentos porque tinham um fim economicista, de cortes às cegas sem olhar à qualidade de serviço prestado em termos de ensino.-----

-----Seguidamente, interveio **Rita Grandinho**, eleita pelos Independentes Por Fafe (IPF), para mencionar que, depois do alerta sobre o estado das bombas da Shell, até à presente data nada tinha sido feito e a situação tendia a piorar. Nesses termos, perguntou sobre que medidas tinham sido tomadas para resolver a situação. -----

Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre o destino da obra que estava a ser executada na Avenida dos Aliados, junto à serração de Santo Ovídio. -----

-----De seguida, tomou a palavra **Fernando Marinho Alves**, eleito pelos IPF, para fazer uma análise sobre as Parcerias Público Privadas. Elencou as obras incluídas nas parcerias e realçou a diferença de valores apresentados pelo Presidente da Câmara em declarações à Lusa e ao valor descrito no editorial do Boletim, solicitando esclarecimentos sobre o valor que efectivamente pretendia investir. -----

Comentou, ainda, o valor das rendas anuais que a Autarquia ia pagar, assim como o valor total dos juros no final do contrato. -----

Salientou o crescimento das Parcerias em Portugal, mencionando que isso acontecia porque os empréstimos por elas contraídos não contavam para o endividamento líquido dos Municípios. -----

Referindo-se, ainda, às declarações do Presidente da Câmara sobre o facto de esse investimento ser pesado, mas estar ao alcance do Município, onde tinha referido, ainda, que “fazia questão que o Presidente que o iria suceder dormisse tranquilo”, perguntou se essa despreocupação se tinha baseado em estudos económico-financeiros e em caso afirmativo gostaria de ter conhecimento desses estudos. -----

Gostaria, ainda, que o Presidente da Câmara os informasse se estava em condições de garantir que essa forma alternativa de prover o serviço público em Fafe era o mais económico do que a forma tradicional. -----

Relativamente à iniciativa “licenciamento zero”, concretamente quanto às questões levantadas sobre o assunto na sessão anterior, solicitou esclarecimentos relativamente ao interesse que esse assunto lhe tido merecido, informando, ainda, que o decreto-lei que regulamentava o licenciamento zero já tinha sido publicado. -----

-----Usou da palavra o **Presidente da Mesa** para mencionar que ia solicitar, por via dos serviços, informação ao Ministério das Finanças sobre a questão colocada por Leonor Castro sobre a aplicação de redução de retribuição das senhas de presença. -----

-----De seguida, tomou a palavra **José Manuel Baptista**, do PSD, cuja intervenção incidiu sobre o saneamento básico, começando por ler uma proposta apresentada na Câmara. -----

Salientou a importância do saneamento básico que era essencial para a qualificação da qualidade ambiental e um indicador incontornável para aferir o nível de desenvolvimento de um concelho. Afirmou que sem saneamento básico não se podia falar em qualidade da água, em defesa da saúde pública e em qualidade de vida das populações que por ele não eram servidas. -----

Salientou que Fafe era um concelho que tinha uma percentagem de cobertura de rede em baixa dos mais baixos do distrito, ou mesmo do país, afirmando, ainda, que esse era um indicador grave de falta de desenvolvimento no concelho de Fafe, tecendo críticas aos autarcas. -----

Afirmou, também, que a qualidade da água em Fafe nunca seria boa, uma vez que os meios freáticos estavam contaminados, contribuindo para o aparecimento de doenças, pondo em causa a saúde pública da população. Mencionou que era necessário acabar com as fossas sépticas. -----

Por fim, questionou o Presidente da Câmara sobre as perspectivas que o Executivo tinha sobre o saneamento básico; se existiam estimativas acerca do custo dessa execução e qual seria a saúde financeira da Autarquia se esses investimentos tivessem sido levados a cabo. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Arlindo Gil Gonçalves**, eleito pelo PS, que começou por alertar para os acessos e falta de estacionamento da clínica sita no antigo edifício do quartel dos Bombeiros. -----

Alertou, ainda, para a existência de dois sinais de STOP, um junto ao hotel e outro na Cândido Mota, cujo incumprimento tinham provocado alguns acidentes no local. -----

Sugeriu, ainda, que a Autarquia seguisse o exemplo da Autarquia de Viana do Castelo nas medidas de segurança com os idosos. -----

-----De seguida, interveio **José Ribeiro Cardoso**, do CDS-PP, que começou por mencionar que a convocatória deveria ter sido publicada com quinze dias de antecedência. -----

Seguidamente referenciou o estacionamento abusivo na Rua Ponte do Ranha e o mau estado dos passeios, questionando o Presidente da Câmara para quando estava prevista a requalificação dessa rua e da rua António Sérgio. -----

Mencionou, ainda, que atendendo à intervenção do saneamento básico efectuada por José Manuel Baptista, apenas ia questionar sobre a taxa de evolução do saneamento básico. -----

Questionou, ainda, sobre a viabilidade do projecto da Praia Fluvial de Calvelos. Solicitou esclarecimentos sobre o que se passava com o arrelvamento do campo de Silvares e para quando estava prevista a abertura do concurso público para as obras no Parque Municipal de Desportos, ou se esse projecto estava definitivamente descartado. -----

Solicitou, também, esclarecimentos sobre o Conselho Municipal de Educação, concretamente sobre o que se passava, uma vez que não funcionava, não reunia, nem era convocado, questionando, inclusive, se era um órgão irrelevante para a educação. -----

Perguntou, também, qual o modelo de organização que existia actualmente no hospital de Fafe e qual o modelo previsto para o futuro. Qual a finalidade das obras que estavam a decorrer e ainda, sobre a existência ou não de viabilidade financeira para a construção do novo hospital. Perguntou, também, se estava garantida a continuidade dos profissionais de saúde na futura estrutura e em que condições, assim como, se considerava o actual modelo do hospital como o mais adequado para dar resposta aos habitantes de Fafe e Basto. -----

-----Posteriormente, tomou a palavra **Amadeu Gonçalves**, eleito pelos IPF, que começou por ler uma notícia publicada no Correio de Fafe, em vinte e cinco de Março de dois mil e onze, sobre o ordenamento da floresta. Nesses termos, lembrou que, na sessão de Dezembro, os IPF tinham apresentado uma proposta para elaboração de um Plano Municipal de Ordenamento Florestal que foi rejeitado com os votos contra do PS. Face à notícia, questionou o Grupo do PS se mantinham o mesmo sentido de voto. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Paulo Soares de Castro**, eleito pelos IPF, que, reportando-se às medidas adoptadas pelo Município par reduzir a factura da luz, afirmou que concordavam com a medida, porém não compreendiam a lógica de colocar zonas de freguesias totalmente às escuras, até às vinte e uma horas e quarenta minutos. -----

Em alternativa, sugeriu que se diminuísse, a curto prazo, o número de candeeiros ou lâmpadas acesas em todo o concelho e uma vez que o Município tinha uma boa saúde financeira, sugeriu, também, que fosse efectuada um investimento, a longo prazo, substituindo as actuais lâmpadas, por lâmpadas de baixo consumo. -----

Na qualidade de representante da comissão dos censos, lamentou que os recenseadores tenham efectuado parte do seu trabalho às escuras. -----

-----De seguida, interveio **Vítor Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos**, para, sobre a iluminação pública, afirmar que a redução dos custos de energia poderia ser efectuada recorrendo a novos meios técnicos existentes, de forma a minorar os custos para as pessoas. -----

Afirmou que não se compreendia que as freguesias do concelho ficassem às escuras durante um período da noite e a população da cidade não visse um candeeiro desligado, salientando que não havia cidadãos de primeira e cidadãos de segunda. -----

Mencionou, ainda, que a Câmara deveria ter um critério de razoabilidade e tratar todos os cidadãos de igual forma, afirmando que não tinha havido o cuidado necessário para tomar a medida, que tinha havido apenas a preocupação de a explicar “a posteriori”, quando ela já estava em prática. -----

Mencionou, também, que se a Câmara não tinha apoio técnico deveria munir-se de uma comissão técnica para fazer um estudo aprofundado dessa matéria e que futuramente o concelho apostasse na redução dos custos mas de forma correcta, bem pensada e socorrendo-se dos meios existentes. -----

-----Posteriormente, usou da palavra **José Moura Azevedo**, eleito pelos IPF, para, relativamente à proposta apresentada na sessão anterior pelos IPF, sobre a criação de uma comissão de trabalho sobre a toponímia e numeração de polícia, explicar o objectivo da mesma e lamentar que não tenha colhido o entendimento da maioria, sendo chumbada com os votos contra do bloco central – PS e PSD. -----

Mencionou que o sentido de voto do PS não os tinha surpreendido, uma vez que chumbavam todas as propostas dos IPF, o mesmo não se tinha passado com o PSD uma vez que a mesma proposta tinha sido aventada por Ribeiro Cardoso, onde o PSD não se pronunciou contra. -----

Salientou a argumentação apresentada pelo PSD, que era do foro jurídico, e esclareceu, fazendo alusão à alínea v) do número um do artigo sessenta e quatro da Lei numero cinco-A de onze de Janeiro de dois mil e dois. Mencionou, ainda, que a proposta apresentada apenas pretendia a criação de uma comissão de trabalho, fazendo o respectivo enquadramento legal. -----

Salientou que apenas pretendiam criar uma comissão de trabalho e que em momento algum se propunham substituir o Município no desempenho da sua função. -----

Atendendo ao exposto, mencionou que ficava por esclarecer a real motivação para a mudança de opinião do PSD que, não sendo jurídica, outra teria. ----- Terminou, afirmando que iriam continuar a fazer o seu trabalho e estariam disponíveis para aprovar todas as propostas que contribuíssem para o desenvolvimento e melhoria organizativa do concelho, independentemente da força política ou partido que a apresentasse, uma vez que tinha sido para isso que tinham sido eleitos. -----

Solicitou, ainda, à Mesa que o resultado das votações fosse expressamente comunicados à Assembleia, indicando o número preciso de votos a favor, contra e abstenções e que os resultados constassem da acta da reunião.-----

Por fim, agradeceu a resposta ao requerimento apresentado sobre a rede escolar e solicitou informação sobre os requerimentos apresentados na sessão anterior sobre o saneamento básico e licenciamentos municipais. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para informar que a Assembleia Municipal tinha competências para criar delegações e comissões, logo o enquadramento da proposta referenciada por José Moura Azevedo na Ordem de Trabalhos tinha sido um acto normal. -----

Sobre a votação, mencionou que não fazia a numeração discriminada devido à economia de tempo, porém iria fazer a distinção dos Grupos Parlamentares e quando a Assembleia assim o entendesse, faria uma votação mais precisa.-----

-----De seguida, usou da palavra **Orlando Carvalho Leite**, do CDS-PP, que passou por fazer uma apresentação do Relatório da Comissão de Agricultura, da qual fazia parte, enunciando as recomendações mais relevantes, constantes do relatório, dirigidas ao Executivo encontrando-se dentro das suas competências. Desta feita, afirmou que tinham dividido o documento em dois aspectos: a floresta e a agricultura. -----

Relativamente à floresta mencionou que a questão fundamental estava relacionada com a necessidade da Câmara contribuir, dentro das suas competências, na organização de produtos florestais através da criação de zonas de intervenção ou de planos de gestão da floresta. -----

Recomendavam que a Câmara continuasse a colaborar com outras entidades na questão da vigilância e da intervenção para a prevenção dos fogos florestais. ----

Quanto à agricultura, salientou o apoio e recuperação da realização de uma feira, com a periodicidade regular, para além da feira tradicional, destinada a valorizar o potencial específico dos produtos agrícolas do concelho; o apoio à organização de produtores, Juntas de Freguesia e outras associações em

iniciativas como a criação de empresas; a fomentação do desenvolvimento de actividades agrícolas; a promoção da apresentação do património agro-rural, na óptica do interesse colectivo enquanto factor de identidade e atractividade do território; o apoio ao surgimento de projectos agrícolas alternativos; o incentivo à criação e desenvolvimento do projecto de banco de terras; a implementação de um projecto de hortas pedagógicas e concretizar um matadouro no concelho.-----

Terminou referindo que para coordenar as actividades ponderariam a criação de um gabinete ou departamento vocacionado para questões agrícolas e assim coordenar alguns dos projectos e propostas referenciadas e apoiar os agricultores do concelho. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Alexandre Peixoto**, eleito pelos IPF, que referenciou o corte de orçamento efectuado pelo governo para a defesa da floresta contra incêndios, a redução de meios aéreos e do período de intervenção, o que ia levar a que os Bombeiros Voluntários passassem graves dificuldades. -----

Mencionou que uma das formas de minimizar essa situação poderia passar pela sensibilização da população em geral e em especial junto das escolas e da população rural e convidar algumas instituições como os escuteiros para uma maior, rápida e eficaz vigilância. -----

-----Posteriormente, usou da palavra **Raul Rebelo**, que, reportando-se ao assunto sobre o ordenamento florestal e à questão colocada pelos IPF, afirmou que o PS não tinha mudado de opinião. Explicou que, aquando da apresentação da proposta dos IPF sobre o assunto, reconheceram que havia um problema na floresta, porém não consideravam que a proposta fosse contribuir para a resolução, lembrando o que era proposto e a opinião do PS sobre o assunto. ----

Terminou a sua intervenção, referenciando uma sessão pública, ocorrida em vinte de Fevereiro, de entrega de cheques para a melhoria de habitação degradada, onde tinha sido entregue o cheque número quinhentos, lembrando o investimento efectuado pela Autarquia, desde mil novecentos e noventa e oito, na melhoria da qualidade de vida de muitas famílias carenciadas, salientando a importância do projecto. -----

-----De seguida, interveio **José Rodrigues de Sousa**, do PSD, que, reportando-se à intervenção de José Moura Azevedo sobre a posição do PSD na votação da proposta apresentada pelos IPF relativa à toponímia, afirmou que o interveniente deveria ter lido a lei de forma leviana, citando a legislação, concretamente que era da exclusiva competência da Câmara Municipal,

mencionado que os IPF deveriam ter mais cuidado quando faziam afirmações daquelas. -----

-----Seguidamente, interveio, novamente, **José Manuel Baptista**, que, sobre a iluminação pública e atendendo à sua formação na área em discussão, mencionou que as soluções técnicas que existiam no mercado eram as mais variadas para levar a cabo essa questão da eficiência energética na iluminação pública, destacando uma solução simples e barata que era a substituição dos interruptores horários por interruptores crepusculares. -----

-----Por fim, tomou a palavra **Olinda Teixeira Alves**, eleita pelo PS para fazer uma síntese sobre as Segundas Jornadas Literárias salientando o seu sucesso. Identificou todos os envolvidos na execução das Jornadas, desde a Escola Secundária, a Câmara Municipal, a Editora Labirinto, Teatro-Cinema e NALF, todos os Agrupamentos do concelho e várias Associações e Juntas de Freguesia. -----

Mencionou que muitas outras entidades se quiseram juntar nos vários eventos que se realizaram, porém a organização não teve capacidade humana para mais. -----

Afirmou que as Segundas Jornadas eram uma prova evidente de que uma parceria concertada entre as escolas, a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, vários organismos político, sociais e culturais, empresas, associações e povo em geral, tinha permitido construir um mar imenso de cultura. Afirmou, ainda, que foi um acontecimento que mostrou que os Fafenses eram um povo rico no seu passado, nas memórias e no seu querer. -----

Mencionou, também, que acreditava que a cultura podia ser uma bandeira de união entre todos e que as Jornadas provaram isso. -----

Por fim, referenciou que as Jornadas eram um projecto de futuro e que se os decisores quisessem, em dois mil e doze, poderiam ser realizadas as terceiras Jornadas de Fafe e contribuir para que o “amor de cidade” pudesse ser o maior centro cultural vivo do País. -----

-----Por fim, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados: -----

- Sobre as senhas de presença disse ao Presidente da Assembleia que transmitisse à Câmara no sentido de que esta pague as senhas entretanto, até que chegue o parecer que será solicitado ao Ministério das Finanças. -----
- Quanto à iluminação pública explicou o envolvimento da medida, informando que tinha reunido com os Presidentes de Junta e apresentado várias

hipóteses, solicitando que os mesmos se pronunciassem sobre as hipóteses que achavam ser as melhores para as respectivas freguesias. Porém poucos Presidentes se pronunciaram e a Câmara adoptou o critério que estava a ser utilizado. -----

Concordou com Paulo Ângelo no sentido de que não se lembraram dos recenseadores. -----

Afirmou que na cidade havia redução, informando que na circular a iluminação estava a funcionar a cinquenta por cento. Mencionou, também, que as iluminações nas árvores e lagos já estavam reguladas.-----

Informou, ainda, que estava na fase final um concurso para a eficiência energética para a instalação em toda a cidade de redutores de potência.-----

Mencionou que estavam disponíveis e já estavam a fazer os ajustamentos no sentido de proporcionarem o menos incómodo possível à população. -----

Sobre as tecnologias enunciadas na presente Assembleia mencionou que as conheciam, porém o seu cumprimento era da competência da EDP e não da Câmara. -----

- Anotou a questão das passadeiras e rampas apontada por Leonor Castro, afirmando que iria mandar corrigir. -----
- Sobre os Mega Agrupamentos afirmou que não eram mais do que racionalização, mencionando que já tinha dado a sua opinião sobre o assunto. Afirmou, ainda, que iria aguardar e logo que houvesse mais informações as traria à Assembleia. -----
- Quanto às bombas da Shell, mencionou que fizeram a verificação e falaram com o proprietário no sentido de manter o local limpo, afirmando no entanto que estariam atentos. -----
- Sobre as obras na Avenida dos Aliados, explicou que estavam a executar as redes e obras de melhoramento. -----
- Relativamente às parcerias, mencionou que o assunto tinha sido devidamente debatido na sessão anterior, uma vez que faziam parte da ordem de trabalhos dessa sessão. Afirmou que já se tinha pronunciado sobre o assunto, referindo, no entanto que era sua preocupação que não desequilibrassem as contas da Câmara. -----
- Explicou o Acordo Parassocial existente e terminou referindo que foram tomadas todas as cautelas. -----
- Sobre o licenciamento zero e a legalidade dos regulamentos municipais, afirmou que não havia ilegalidades. -----

- Relativamente ao saneamento básico afirmou que não queria avançar nessa matéria, atendendo a que tinha sido solicitado à Câmara esclarecimentos sobre o assunto, que iria responder e remeteria ao Presidente da Assembleia Municipal. -----
Explicou, ainda, o que estava a ser efectuado na área do saneamento e sobre a criação de parcerias para o saneamento em baixa, encontrando-se a aguardar. -----
- Quanto ao acesso e respectivo estacionamento das ambulâncias na clínica referenciada por Arlindo Gil, explicou que a resolução do problema era da clínica. -----
Sobre os sinais de STOP comentou a situação e mencionou que desconhecia a existência de acidentes no local. -----
No que concernia aos idosos, sua segurança e isolamento, afirmou que a Autarquia estava a organizar, junto das IPSS e Juntas de Freguesia, um sistema de atenção e proximidade junto das pessoas que viviam sozinhas. ----
- Relativamente aos passeios e estacionamento abusivo na Rua Ponte do Ranha e à Rua António Sérgio explicou que era sua intenção intervir naquela zona; --
Quanto à Praia de Calvelos, afirmou que era um projecto com viabilidade, que foi candidatado pela Câmara ao programa PRODER e logo que fosse aprovado avançariam com a obra. -----
- Sobre o campo de S. Martinho, afirmou que ainda não tinham apresentado a prova de titularidade e que a Autarquia iria aguardar.-----
- Relativamente ao Parque Municipal de Desportos afirmou que estava incluído nas obras a realizar pela Parceria. -----
- Informou que o Conselho Municipal de Educação era um Conselho que funcionava bem e reunia. -----
- Quanto ao Hospital, afirmou que continuava a acreditar no calendário da construção do hospital, até porque estava a ser elaborado o projecto. Sobre os funcionários mencionou que o número iria triplicar. -----
- Mencionou que iriam responder aos requerimentos apresentados sobre o licenciamento municipal e o saneamento básico. -----
- Terminou, congratulando-se pelo brilhantismo e qualidade das Segundas Jornadas Literárias e pela capacidade revelada pelas entidades envolvidas na organização e respectiva cooperação. -----

Entrou-se no período da Ordem do Dia - **Ponto Dois Ponto Um: *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal.***-----

Não havendo intervenções, passou-se ao **Ponto Dois Ponto Dois – *Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2010.*** Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para apresentar o documento, começando por referenciar a execução da receita corrente na ordem dos cem por cento. Quanto à despesa, mencionou que utilizaram apenas noventa e três ponto cinco por cento da receita arrecada, o que deu uma execução global de oitenta por cento. -----

Afirmou que tinham efectuado um percurso de redução da dívida a curto prazo de forma consistente ao longo dos últimos cinco anos. -----

Quanto à dívida a médio e longo prazo referenciou que também tinha sido reduzida. -----

-----Seguidamente, interveio **José Ribeiro Cardoso**, do CDS-PP, para mencionar estiveram atentos à votação do presente documento na Câmara, que reuniu unanimidade, afirmando que o CDS se congratulava com a sustentabilidade financeira da Edilidade, não tendo qualquer objecção sobre este tema. -----

-----De seguida, tomou a palavra **Jorge Adélio Costa**, do PSD, que começou por fazer um pequeno preambulo sobre uma notícia publicada num jornal sobre as pousadas de juventude, tuteladas pelo Secretário de Estado da Juventude, cargo desempenhado pelo Presidente da Mesa, referindo que não dignificava a acção do Governo. -----

Sobre o relatório de contas, mencionou que o mesmo revelava as opções do PS na gestão dos destinos do Município. -----

Mencionou que estavam perante um modelo de governação que tinha esquecido a dinamização da actividade económica, que descurava as situações de famílias confrontadas com situações de desemprego, numa das piores crises sociais das últimas décadas, referindo que nunca seria o caminho do PSD. -----

Mencionou, ainda, que a execução orçamental de dois mil e dez demonstravam claramente que os orçamentos que o Executivo realizava eram pouco rigorosos, valorizavam a obra de fachada e esqueciam as pessoas e a realidade económico-social das famílias. -----

Referiu que o modo de governação do PS não servia para Fafe porque não era consequente, não servia o interesse colectivo nem a afirmação sustentada do

Município, referindo que Fafe precisava de outra política de gestão autárquica assente na contenção da despesa, no crescimento de investimento criterioso nas áreas sociais, na formação, em equipamentos e estruturas básicas do turismo, na melhoria da qualidade de vida das famílias e dos Fafenses, sem descurar a consolidação das contas do Município. -----

Mencionou que o PS ao referenciar que o enquadramento financeiro desfavorável e a crise económica tinham tido um reflexo na execução orçamental, verificou-se que o PS do Executivo de Fafe tinha feito confissão de que o PS era incapaz de gerir em tempo de “vacas magras”. -----

Afirmou, ainda, que era um Executivo onde se anunciava muito e executava muito pouco, afirmando que, por não serem as contas ou prioridades do PSD para Fafe, porque o interesse das famílias e das empresas não tinham sido devidamente acauteladas na realização do orçamento que teve por base a execução das contas e sobretudo pela excessiva falta de capacidade de governar em momentos de aperto de cinto, o PSD ia abster-se. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** que, sobre o assunto das pousadas de juventude, convidou Jorge Adélio Costa a explicar o que tinha lido para poder responder, ao que **Jorge Adélio Costa** fez, citando o jornal onde a notícia publicada. -----

A notícia publicada fazia referência ao facto da Secretaria de Estado ter atribuído novecentos mil euros para a construção de uma pousada de juventude que não foi construída. -----

Usou, então, da palavra o **Presidente da Mesa** e Secretário de Estado da Juventude e Desporto para esclarecer a situação. -----

Explicou que a notícia vinha na sequência de uma candidatura que as Pousadas de Juventude tinham efectuado a um projecto de eficiência energética para os painéis solares. Afirmou que o valor a que se referiu tinha sido um adiamento da verba no sentido de não verem os valores apresentados serem alterados, atendendo o tempo decorrido entre a apresentação do projecto e a aprovação da candidatura. -----

Mencionou, ainda, que tudo isso estava explicado no corpo da notícia e que Jorge Adélio Costa deveria ter lido o texto na íntegra e não ler apenas o título ou o panfleto da JSD. -----

Afirmou, ainda, que as Pousadas da Juventude, pela primeira vez, tinham tido um resultado positivo e que se honrava de ter tutelado as Pousadas da Juventude.-----

-----Posteriormente, interveio **Ricardo Alves Marinho**, eleito pelo PS, para fazer uma análise do relatório de contas, realçando três características da actual gestão autárquica: a seriedade política, o realismo e a ambição. -----

Salientou, ainda, o comportamento da Autarquia por ter sido exemplar, referindo o endividamento do Município abaixo dos limites permitidos por lei.-----

-----De seguida, usou da palavra **Simão Freitas**, eleito pelos IPF, para fazer uma análise sumária do documento do relatório de contas salientando as diferenças entre o orçamentado e o cobrado na despesa de capital, mencionado que o Município gastou menos por não ter executado aquilo que tinha previsto, não ter tantos gastos com aquilo que tinham pensado, reduzindo, porém não reduziram na despesa corrente. -----

Realçou a não descida de receitas do IMI, ao contrário do que seria esperado. Salientou o decréscimo dos impostos municipais com obras e loteamentos, que evidenciavam um abrandamento no sector e fazia adivinhar menores receitas no futuro. -----

Solicitou esclarecimentos sobre a rubrica “Outras indemnizações”, concretamente a que se referia. -----

Posteriormente respondeu a Raul Rebelo sobre o assunto do ordenamento florestal, afirmando que a proposta apresentada pelos IPF continha vinte propostas. Afirmou, ainda, que Raul Rebelo ainda não tinha apresentado nenhuma. -----

-----Por fim, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que o Município dependia em mais de sessenta por cento das transferências do Estado, logo, quando essas transferências eram diminuídas o município era afectado. -----

Salientou que não havia dúvidas da saúde financeira do Município, assim como da sua capacidade de endividamento. -----

Quanto ao esclarecimento solicitado por Simão Freitas, mencionou que não tinha a certeza, mas que a rubrica deveria ser da indemnização paga pelas Águas do Noroeste. -----

Não havendo mais intervenções, passou-se à votação, **sendo aprovada, por maioria, com as abstenções dos Membros eleitos pelos IPF e do PSD.** -----

Passou-se ao **ponto Dois Ponto Três – *Apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa à aplicação do Resultado Líquido positivo, apurado no exercício de 2010.*** Não havendo intervenções, **foi colocado a votação, sendo aprovado, por maioria, com a abstenção dos Membros eleitos pelos IPF.** ----

Seguidamente, passou-se ao ponto dois ponto quatro – **Apreciação do Mapa de Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação de 2010.** Não havendo intervenções foi o presente ponto apreciado. -----

Passou-se ao **ponto dois ponto cinco - Eleição de dois cidadãos de reconhecida idoneidade e um Presidente da Junta de Freguesia para integrarem o Conselho Municipal de Segurança, nos termos do n.º 1, artigo 4º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.** -----

Tomou a palavra o Presidente da Mesa para propor que a eleição fosse efectuada em duas votações: a votação de dois cidadãos de reconhecida idoneidade e a votação do Presidente de Junta. -----

Atendendo a que ninguém se opôs ao proposto, o Presidente da Mesa passou a apresentar as listas para a eleição de dois cidadãos de reconhecida idoneidade:-

Lista A, apresentada pelos IPF, propunham José Manuel Domingues e Alberto Alves; -----

Lista B, apresentada pelo PS, propunham José Lino Barros Silva e Manuel Ribeiro Mendes; -----

Lista C, apresentada pelo PSD, propunham José Humberto Castro e Pedro Miguel Sousa; -----

Lista D, apresentada pelo CDS-PP, propunham Rui Flório Bastos Costa e Deolinda Manuela de Sá Nogueira. -----

Procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, obtendo-se o seguinte resultado: -----

Lista A – doze votos; -----

Lista B – quarenta votos; -----

Lista C – sete votos; -----

Lista D – dois votos. -----

Branco – três. -----

Nestes termos foi eleita a lista B – José Lino Barros Silva e Manuel Ribeiro Mendes. -----

Terminada a votação, o Presidente da Mesa apresentou as listas para a eleição do Presidente de Junta: -----

Lista A, apresentada pelos IPF, propunham o Presidente da Junta de Freguesia de Pedraído – José Maria Antunes; -----

Lista B, apresentada pelo PS, propunham o Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Rei – Diamantino Oliveira Lopes; -----

Lista C, apresentada pelo PSD, propunham o Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos – Vítor da Cunha Silva. -----

Procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, obtendo-se o seguinte resultado: -----

Lista A – onze votos; -----

Lista B – quarenta e um votos; -----

Lista C – oito votos; -----

Branco – quatro. -----

Foi eleita a lista B – Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Rei, Diamantino Oliveira Lopes. -----

-----Seguidamente, não havendo mais assuntos inscritos na Ordem de Trabalhos, pelo **Presidente da Mesa** foi dada a palavra ao público. -----

Não havendo intervenções, procedeu-se à leitura da **minuta da acta**. Terminada a leitura e não havendo reparos, foi colocada a votação, **sendo aprovada, por unanimidade.** -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi perguntado se pretendiam fazer alguma correcção ao texto da **acta da sessão anterior**. Não havendo correcções a fazer, foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade.---

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram zero horas e quarenta minutos do dia trinta de Abril de dois mil e onze. -----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.-----